

STF protocola Projeto com revisão salarial da categoria

O STF protocolou na sexta-feira, 31, o Projeto de Lei 4363/2012. No texto apresentado à Câmara dos Deputados, a primeira parcela de reajuste, a ser aplicada em janeiro de 2013, será maior do que as duas posteriores, em janeiro de 2014 e janeiro de 2015, conforme o acordado entre os Poderes.

O artigo 13 do PL define que a partir de janeiro de 2013 a Gratificação por Atividade Judiciária (GAJ) passará dos atuais 50% do Vencimento Básico para 72,5%. Nos anos seguintes, a GAJ passará para 86,25% em 2014 e 100% em 2015.

O PL extingue os dois primeiros padrões da carreira, que passará a ter 13 padrões, caso o projeto seja aprovado.

Na justificativa, o presidente do STF, Ayres Britto, argumenta que "a proposta visa extinguir a possibilidade de pagamento integral dos valores das Funções Comissionadas, FC1 a FC6, cujo saldo orçamentário remanescente será utilizado para incrementar valores na primeira parcela da

proposta de revisão do Plano de Cargos e Salários".

Parece estar resolvida uma das pendências do acordo entre os Poderes, que seria o uso das sobras orçamentárias das FCs cheias. Este projeto deve substituir o PL 6613 de 2009, o PCS.

Orçamento tem problema

A previsão orçamentária enviada pelo Executivo ao Congresso não contempla a plenitude do acordo firmado entre os Poderes. O valor apresentado não corresponde exatamente aos 5% sobre a folha de pagamento do Poder Judiciário (servidores e magistrados) para o cumprimento pleno da primeira parcela do acordo.

Para cumprir o reajuste de 5% sobre a folha de pagamento em 2013, o Executivo deveria encaixar o montante de R\$ 1,169 bilhão, mas na tabela do Anexo V do projeto consta uma previsão de R\$ 1,097. Faltam, portanto, R\$ 72,327 milhões (setenta e dois milhões, trezentos e vinte sete mil), segundos dados do

economista Washington Luiz Moura Lima. O estudo completo feito pelo economista está na página do Sintrajusc.

Por outro lado, na rubrica destinada ao reajuste no Anexo V há uma nota de rodapé indicando "Autorizações passíveis de atualização com a finalidade de identificação dos Projetos de Lei específico (...)", abrindo a possibilidade de suplementação orçamentária.

As propostas para o Judiciário e MPU foram apresentadas à Mesa da Câmara dos Deputados e as ementas propõem, respectivamente, alterar as Leis 11.415/06 e 11.416/06, ambas de 15 de dezembro de 2006, que dispõem sobre as Carreiras dos servidores do MPU e do Poder Judiciário e fixam os valores de sua remuneração.

A direção da Fenajufe e a assessoria parlamentar vão fazer uma análise mais detalhada e ainda nesta semana repassam à categoria novas informações a respeito dos projetos. *Fenajufe e Sintrajud*

Servidores da JF retornam ao trabalho

Em Assembleia realizada nesta segunda-feira, 3, na Justiça Federal em Florianópolis, os servidores da JF decidiram retornar ao trabalho, mas se mantendo em estado de alerta e de Greve para acompanhar, mobilizados, a tramitação do projeto 4363/2012, bem como as negociações de retorno ao trabalho. Temos que lembrar que esse projeto só vai estar garantido depois de ser sancionado.

Portanto, até lá, toda atenção é importante. Estado de alerta e de Greve nos permitem retor-

nar à mobilização, se for necessária.

Paralelamente a isso estão sendo feitas negociações com o Diretor do Foro de Florianópolis quanto aos dias parados. Para tal, temos uma Comissão composta por membros do Sindicato e colegas escolhidos na categoria.

Quinta-feira, ao meio-dia, há nova Assembleia na JF de Florianópolis para acompanhar os desdobramentos das negociações e deliberar a respeito delas.

Em Assembleia na sexta-fei-

ra, 31, os servidores do Judiciário Federal, por maioria, votaram por não aceitar a manobra do STF, que impôs contraproposta sem consultar os servidores. Foi avaliado que não houve negociação de fato, e sim mera comunicação à categoria.

Os servidores da Justiça Eleitoral votaram por maioria pela volta ao trabalho no sábado, mas mantendo estado de alerta e de Greve. A Justiça de Trabalho deliberou por suspender as paralisações diárias de duas horas (15 às 17h).

Míriam Santini de Abreu



Assembleia no TRE no dia 31. Veja mais fotos da Greve na página do Sintrajusc